

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.461.013 - SP (2019/0066499-7)**

**RELATOR** : **MINISTRO FELIX FISCHER**  
**AGRAVANTE** : LAZARO NOGUEIRA NETO  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
VOLNEY SANTOS TEIXEIRA - DEFENSOR PÚBLICO -  
SP235926  
**AGRAVADO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

**EMENTA**

PENAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. TRÁFICO DE DROGAS. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL QUE NÃO REFUTA TODOS OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO DE ADMISSIBILIDADE. NÃO CONHECIMENTO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto por **LAZARO NOGUEIRA NETO** contra decisão proferida pelo eg. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo que inadmitiu recurso especial fundamentado na alínea **a** do permissivo constitucional.

O MM. Juízo de 1º Grau **condenou** o ora recorrente pela prática do delito previsto no art. 33, § 4º, da Lei n. 11.343/2006, à pena de **3 (três) anos de reclusão**, em regime inicial **fechado**, mais 300 dias-multa. Houve substituição por penas restritivas de direitos (fls. 128-135).

O eg. Tribunal de origem, em decisão unânime, negou provimento ao **apelo** defensivo, para manter a sentença condenatória recorrida (fls. 211-217). Eis a ementa do acórdão:

*"APELAÇÃO. Tráfico de drogas. Autoria e materialidade demonstrados. Condenação mantida. Pena e regime mantidos. Recurso improvido."*

Opostos **embargos de declaração**, pela combativa Defesa, foram eles rejeitados, à unanimidade de votos (fls. 259-261).

Sobreveio **recurso especial**, interposto com fulcro na alínea **a** do

permissivo constitucional, no qual se alega violação ao art. 33, §§ 2º e 3º, e 59, ambos do Código Penal (fls. 268-279). Para tanto, alega que:

a) "no caso concreto a pena-base do Recorrente foi fixada no mínimo legal, o que denota que as circunstâncias judiciais lhes foram amplamente favoráveis, não havendo maior reprovabilidade/censurabilidade na sua conduta" (fl. 274);

b) *"Se as circunstâncias judiciais foram consideradas totalmente favoráveis ao Recorrente, fato com o qual concordaram os d. desembargadores, já que mantiveram a pena -base no mínimo legal, o regime inicial deve ser o mais brando possível, nos termos do art. 33 do Código Penal"* (fl. 274);

c) "[...] SE É CABÍVEL A SUBSTITUIÇÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE POR RESTRITIVA DE DIREITOS, CONFORME A RESOLUÇÃO Nº 05 EDITADA PELO SENADO FEDERAL, OBVIAMENTE, POR RAZOES DE PROPORCIONALIDADE, TAMBÉM SERÁ ADMISSÍVEL A FIXAÇÃO DO REGIME ABERTO." (fl. 278).

O especial foi inadmitido na origem pela incidência da **Súmula n. 284/STF** e da **Súmula n. 7/STJ** (fls. 291-292).

Daí o presente **agravo**, no qual o agravante, em apertada síntese, repisa os argumentos expendidos no apelo nobre (fls. 298-305).

O Ministério Público Federal, em seu d. parecer, opinou pelo **não conhecimento** do agravo (fls. 327-330). Eis a ementa do parecer:

*"PENAL E PROCESSO PENAL. TRÁFICO DE DROGAS. ART. 33, CAPUT, C/C § 4º, LEI Nº 11.343/2006. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA. NÃO CONHECIMENTO DO AGRAVO. SÚMULA Nº 182/STJ. PLEITO DE ABRANDAMENTO DO REGIME PRISIONAL. INCIDÊNCIA DO ÓBICE CONTIDO NA SÚMULA Nº 7/STJ.*

*1. A falta de impugnação específica de todos fundamentos utilizados na decisão agravada atrai a incidência do Enunciado Sumular 182 dessa Corte Superior.*

*2. "A ausência de indicação precisa dos artigos de*

*lei supostamente violados, com a necessária correspondência às razões de fato e direito que dariam suporte a eventual violação, revela fundamentação deficiente, o que faz incidir a Súmula n. 284/STF.” 1 3. Para se chegar a conclusão diversa da que chegou o Tribunal a quo seria inevitável o revolvimento do arcabouço carreado aos autos, procedimento sabidamente inviável na instância especial, fazendo incidir o óbice da Súmula 7/STJ.*

*4. Parecer pelo não-conhecimento do agravo e, no mérito, pelo seu desprovimento.”*

É o relatório.

**Decido.**

O agravo **não** merece ser conhecido.

O especial foi inadmitido na origem pela incidência da **Súmula n. 284/STF** e da **Súmula n. 7/STJ** (fls. 291-292).

Neste agravo, contudo, a defesa limitou-se a reiterar os argumentos expendidos no apelo nobre. Com efeito, o agravante deixou de infirmar, **de maneira adequada e suficiente**, todas as razões apresentadas pelo eg. Tribunal de origem para negar trânsito ao recurso especial, qual seja, o **primeiro fundamento**, relativo à incidência da **Súmula n. 284/STF**.

Sobre a **quaestio**, limitou-se o recorrente a mencionar, resumidamente, que: "*Nas razões de recurso especial demonstrou-se à exaustão a presença de todos os requisitos necessários à admissão do recurso especial, bem como foi apresentada a devida fundamentação.*" (fl. 300). Não trouxe o recorrente, **contudo**, fundamentos válidos a demonstrar a não aplicação do referido verbete sumular.

Conforme ressaltado pelo ilustre representante do Ministério Público Federal, em seu d. **parecer**: "*o pleito recursal não se credencia ao conhecimento desse Superior Tribunal de Justiça, pois o Agravante não demonstrou incorreção no fundamento do juízo de admissibilidade do Apelo Especial, limitando-se a reiterar as suas razões recursais*" (fl. 328).

Desse modo, a ausência de impugnação, **específica e**

**fundamentada**, dos fundamentos empregados pela eg. Corte de origem para impedir o trânsito do apelo nobre impede o conhecimento do agravo, cujo único propósito é demonstrar a inaplicabilidade dos motivos indicados na decisão de inadmissibilidade do recurso por meio de impugnação específica de cada um deles.

Este é o teor do art. 932, inciso III, do Código de Processo Civil/2015, que autoriza o relator a não conhecer de recurso que tenha deixado de impugnar os fundamentos da decisão recorrida.

Além do mais, o art. 253, inciso I, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, com redação dada pela Emenda Regimental n. 22/2016, autoriza o relator a não conhecer do agravo que descumpra a tarefa de infirmar as razões de decidir que levaram ao trancamento do recurso especial.

Ilustrativamente:

**"PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL.FUNDAMENTO DA DECISÃO AGRAVADA NÃO ATACADO. APLICAÇÃO DO ART. 544, § 4º, I, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL - CPC DE 1973. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 182 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - STJ. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.**

*1. Descabido o conhecimento do agravo em recurso especial quando o agravante deixa de impugnar especificamente algum dos fundamentos adotados na decisão que negou seguimento ao recurso especial.*

*2. Agravo regimental desprovido" (AgRg no AREsp n. 842.493/PR, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Joel Ilan Paciornik**, DJe de 16/5/2016).*

Conforme entendimento assentado nesta Corte, *"deve a parte recorrente impugnar, de maneira específica e pormenorizada, todos os fundamentos da decisão contra a qual se insurge, não bastando a formulação de alegações genéricas em sentido contrário às afirmações do julgado impugnado ou mesmo a insistência no mérito da controvérsia"* (AgRg no AREsp n. 705.564/MG, **Sexta Turma**, Rel. Min. **Sebastião Reis Júnior**, DJe de 25/8/2015).

Portanto, em respeito ao princípio da dialeticidade, a impugnação à decisão deve ser clara e suficiente a demonstrar o equívoco na sua negativa em todos os pontos indicados pela decisão que negou trânsito ao recurso.

Diante do exposto, **não conheço** do agravo nos termos do art. 253, parágrafo único, inciso I, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

P. e I.

Brasília, 03 de abril de 2019.



Ministro Felix Fischer  
Relator